

GRUPO FOR BOYS
AVANTE PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA
JALLUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
MACKLIFE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
PTN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI
R B N - INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	15
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	19
5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	21
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	28
7. GLOSSÁRIO	30

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cianorte – Estado do Paraná.

Dr. Matheus Pereira Franco

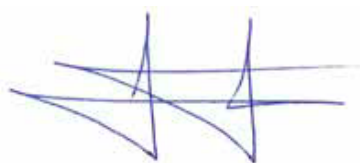
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos de Recuperação Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados nos autos recuperacionais estão disponíveis para consulta no Processo nº 0012245-43.2022.8.16.0069 e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 04 de abril de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pela empresa Recuperanda no dia 23 de março de 2023, ao mov. 360.2, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais e novação dos créditos.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula 7.9, estabelecendo carência para início dos pagamentos, carência, deságio e outras formas de renegociação da dívida.
Alienação de Ativos	A Cláusula 7.12 do Plano de Recuperação Judicial prevê a possibilidade de realização de leilão reverso, objetivando propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na Recuperação Judicial. Destarte, cumpre ressaltar que não houve a indicação pormenorizada dos bens passíveis de praxeamento.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do PRJ apresentado pela Recuperanda, foram identificadas, por esta Administradora Judicial, cláusulas parcialmente/integralmente ilegais, quais sejam, Cláusulas 7.1, 7.8, 7.9 e 11.1.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJXF 8KB4Z 89LRM HGRJR

2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a empresa Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

In casu, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao dia 20 de dezembro de 2022, razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 23 de março de 2023 (devido à suspensão de prazos: RESOLUÇÃO Nº 356/2022, de 24 de outubro de 2022).

Compulsando os autos, extrai-se que a Recuperanda apresentou seu Plano de Recuperação Judicial datado de **23 de março de 2023**, juntado ao mov. **360.2** dos autos, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

O Laudo Econômico-Financeiro datado de **22 de março de 2023** foi juntado ao **Mov. 360.4-Laudo Econômico Financeiro Grupo For Boys**, anexo ao PRJ, e possuía a especial finalidade de explanação quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial apresentado, no que tange a geração de caixa e medidas adotadas para superação das dificuldades financeiras do **GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS**.

O referido laudo é composto pelo introito, contendo o histórico das Recuperandas até os dias atuais, razões da crise financeira, a reestruturação econômica e financeira através do plano de recuperação judicial, as bases de informações utilizadas para elaboração do PRJ, seguida por fim da conclusão que lastreia a viabilidade do referido plano.

2.2.1 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Analisando o Resumo do Laudo Econômico-Financeiro, verificamos que as Recuperandas apresentaram suas projeções de resultado no modelo de **DRE – Demonstração do Resultado do Exercício**, considerando o decênio 2023-2032, feitas com base na competência dos exercícios, conforme apresentado no **Quadro I**:

QUADRO I - DEMONSTRATIVO RESULTADO PROJETADO 2023 a 2032

DRE PROJETADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO
Itens	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030	2.031	2.032
RECEITAS	78.946.375,56	85.986.609,00	92.111.005,23	97.720.565,45	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89
Receita Bruta	78.946.375,56	85.986.609,00	92.111.005,23	97.720.565,45	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89	103.671.747,89
DEDUÇÕES	-10.494.079,04	-11.430.696,18	-12.245.477,29	-12.991.782,86	-13.783.555,12	-10.692.492,08	-10.692.492,08	-10.692.492,08	-10.692.492,08	-10.692.492,08
PIS Sobre Faturamento	-889.129,29	-968.419,54	-1.037.395,23	-1.100.572,60	-1.167.597,47	-1.167.597,47	-1.167.597,47	-1.167.597,47	-1.167.597,47	-1.167.597,47
COFINS Sobre Faturamento	-4.078.703,46	-4.443.214,01	-4.760.311,70	-5.050.770,68	-5.358.935,30	-5.378.024,70	-5.378.024,70	-5.378.024,70	-5.378.024,70	-5.378.024,70
ICMS Sobre Faturamento	-5.526.246,29	-6.019.062,63	-6.447.770,37	-6.840.439,58	-7.257.022,35	-4.146.869,92	-4.146.869,92	-4.146.869,92	-4.146.869,92	-4.146.869,92
RECEITA LÍQUIDA	68.452.296,52	74.555.912,82	79.865.527,94	84.728.782,59	89.888.192,77	92.979.255,81	92.979.255,81	92.979.255,81	92.979.255,81	92.979.255,81
CUSTOS	-36.325.456,30	-39.036.478,15	-41.391.498,71	-43.536.715,39	-45.801.310,01	-45.801.310,01	-45.801.310,01	-45.801.310,01	-45.801.310,01	-45.801.310,01
Matéria Prima	-22.812.791,62	-24.847.177,33	-26.616.917,54	-28.237.887,81	-29.957.575,18	-29.957.575,18	-29.957.575,18	-29.957.575,18	-29.957.575,18	-29.957.575,18
Serviços	-2.246.960,00	-2.447.338,08	-2.621.649,73	-2.781.308,20	-2.950.689,87	-2.950.689,87	-2.950.689,87	-2.950.689,87	-2.950.689,87	-2.950.689,87
MOD	-11.046.231,49	-11.513.211,32	-11.916.173,71	-12.273.658,92	-12.641.868,69	-12.641.868,69	-12.641.868,69	-12.641.868,69	-12.641.868,69	-12.641.868,69
Gastos Gerais de Produção	-219.473,19	-228.751,42	-236.757,72	-243.860,46	-251.176,27	-251.176,27	-251.176,27	-251.176,27	-251.176,27	-251.176,27
LUCRO BRUTO	32.126.840,22	35.519.434,68	38.474.029,23	41.192.067,19	44.086.882,76	47.177.945,79	47.177.945,79	47.177.945,79	47.177.945,79	47.177.945,79

QUADRO I - DEMONSTRATIVO RESULTADO PROJETADO 2023 a 2032
(...continuação)

DESPESAS OPERACIONAIS	-28.638.108,53	-29.531.681,45	-31.406.419,38	-33.118.169,98	-34.929.033,82	-34.929.033,82	-34.929.033,82	-34.929.033,82	-34.929.033,82	-34.929.033,82
Gerais e Administrativas	-5.013.166,71	-5.225.098,51	-5.407.976,96	-5.570.216,27	-5.737.322,76	-5.737.322,76	-5.737.322,76	-5.737.322,76	-5.737.322,76	-5.737.322,76
Comerciais	-23.015.257,81	-23.692.698,94	-25.380.211,42	-26.925.866,30	-28.565.651,56	-28.565.651,56	-28.565.651,56	-28.565.651,56	-28.565.651,56	-28.565.651,56
Dúvidas Despesas Operacionais	-120.000,00	-124.200,00	-128.547,00	-132.403,41	-136.375,51	-136.375,51	-136.375,51	-136.375,51	-136.375,51	-136.375,51
Depreciação e Amortização	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00	-489.684,00
RESULTADO FINANCEIRO	-1.382.599,76	-1.441.049,21	-1.967.498,18	-2.097.678,88	-2.236.098,38	-2.236.098,38	-2.236.098,38	-2.236.098,38	-2.236.098,38	-2.236.098,38
Receita Financeira	310.800,00	323.939,08	335.276,95	345.335,26	355.695,31	355.695,31	355.695,31	355.695,31	355.695,31	355.695,31
Despesa Financeira	-1.693.399,76	-1.764.988,29	-2.302.775,13	-2.443.014,14	-2.591.793,70	-2.591.793,70	-2.591.793,70	-2.591.793,70	-2.591.793,70	-2.591.793,70
RESULTADO ANTES DO IRPJ/CSLL	2.106.131,94	4.546.704,02	5.100.111,67	5.976.218,34	6.921.750,55	10.012.813,59	10.012.813,59	10.012.813,59	10.012.813,59	10.012.813,59
RPJ / CSLL	-477.259,40	-1.058.115,56	-1.189.826,58	-1.398.339,97	-1.623.376,63	-2.359.049,63	-2.359.049,63	-2.359.049,63	-2.359.049,63	-2.359.049,63
RPJ	-221.143,85	-477.403,92	-535.511,73	-627.502,93	-726.783,81	-1.051.345,43	-1.051.345,43	-1.051.345,43	-1.051.345,43	-1.051.345,43
RPJ - Adicional 10%	-123.429,24	-294.269,28	-333.007,82	-394.335,28	-460.522,54	-676.896,95	-676.896,95	-676.896,95	-676.896,95	-676.896,95
CSLL	-132.686,31	-286.442,35	-321.307,04	-376.501,76	-436.070,28	-630.807,26	-630.807,26	-630.807,26	-630.807,26	-630.807,26
SALDO OPERACIONAL	1.628.872,54	3.488.588,46	3.910.285,09	4.577.878,38	5.298.373,92	7.653.763,95	7.653.763,95	7.653.763,95	7.653.763,95	7.653.763,95

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro e PRJ (Item 5.10.2) – GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS

Da mesma forma, também apresentou suas projeções de **Fluxo de Caixa** que, considerando o mesmo período (10 anos), foram feitas com base na competência dos exercícios, conforme apresentado no **Quadro II**:

QUADRO II - FLUXO DE CAIXA PROJETADO

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	2023	2024	2025	2026	2027
ENTRADAS	2.118.556,54	3.978.272,46	4.399.969,09	5.067.562,38	5.788.057,92
Saldo Operacional (Demonstrativo de Resultados Projetados)	1.628.872,54	3.488.588,46	3.910.285,09	4.577.878,38	5.298.373,92
Depreciação	489.684,00	489.684,00	489.684,00	489.684,00	489.684,00
Recuperação de Crédito	-	-	-	-	-
Capital de Giro	-	-	-	-	-
SAÍDAS	1.655.873,81	3.874.554,52	4.187.127,95	4.334.639,52	5.029.338,34
Contingência de Tributos Federais	-	-	-	-	-
Parcelamento Tributos Federais	987.099,33	2.524.722,69	2.726.700,51	2.944.836,55	3.180.423,47
Parcelamento Tributos Estaduais	667.153,61	739.831,83	820.427,45	909.802,97	1.008.914,86
Parcelamento Tributos Municipais	1.620,87	-	-	-	-
Investimentos	-	610.000,00	640.000,00	480.000,00	840.000,00
Pagamento de Empréstimos - Principal	-	-	-	-	-
SALDO	462.682,73	103.717,94	212.841,14	732.922,86	758.719,58
CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	VALOR	DESCONTO	A PAGAR		
Créditos Trabalhistas	188.206,71	0,00%	188.206,71	62.735,57	62.735,57
Créditos Quirográficos	36.530.656,35	80,00%	7.306.131,27	325.212,71	-
Créditos de ME ou EPP	401.039,31	40,00%	240.623,59	41.681,34	12.715,26
TOTAL	37.119.902,37		7.734.961,57	429.629,62	75.450,83
SALDO FINAL DO PERÍODO				124.674,39	280.435,26
SALDO ANTERIOR			0,00	61.320,22	185.994,61
SALDO ACUMULADO				466.429,88	772.675,57

QUADRO II - FLUXO DE CAIXA PROJETADO
(...continuação)

FLUXO DE CAIXA PROJETADO				2023	2024	2025	2026	2027
ENTRADAS				2.118.556,54	3.978.272,46	4.399.969,09	5.067.562,38	5.788.057,92
Saldo Operacional (Demonstrativo de Resultados Projetados)				1.628.872,54	3.488.588,46	3.910.285,09	4.577.878,38	5.298.373,92
Depreciação				489.684,00	489.684,00	489.684,00	489.684,00	489.684,00
Recuperação de Crédito				-	-	-	-	-
Capital de Giro				-	-	-	-	-
SAIDAS				1.655.873,81	3.874.554,52	4.187.127,95	4.334.639,52	5.029.338,34
Contingência de Tributos Federais				-	-	-	-	-
Parcelamento Tributos Federais				987.099,33	2.524.722,69	2.726.700,51	2.944.836,55	3.180.423,47
Parcelamento Tributos Estaduais				667.153,61	739.831,83	820.427,45	909.802,97	1.008.914,86
Parcelamento Tributos Municipais				1.620,87	-	-	-	-
Investimentos				-	610.000,00	640.000,00	480.000,00	840.000,00
Pagamento de Empréstimos - Principal				-	-	-	-	-
SALDO				462.682,73	103.717,94	212.841,14	732.922,86	758.719,58
CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL								
Créditos Trabalhistas				VALOR 188.206,71	DESCONTO 0,00%	A PAGAR 188.206,71	62.735,57	-
Créditos Quirografários				36.530.656,35	80,00%	7.306.131,27	325.212,71	-
Créditos de ME ou EPP				401.039,31	40,00%	240.623,59	41.681,34	12.715,26
TOTAL				37.119.902,37		7.734.961,57	75.450,83	88.166,75
SALDO FINAL DO PERÍODO				33.053,11	28.267,11	124.674,39	280.435,26	306.245,69
SALDO ANTERIOR				0,00	33.053,11	61.320,22	185.994,61	466.429,88
SALDO ACUMULADO				33.053,11	61.320,22	185.994,61	466.429,88	772.675,57

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro e PRJ (Item 5.10.3) – GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS

Durante os trabalhos de análise, foi possível constatar que houve a consideração de uma taxa média de crescimento anual da **Receita de 3% a 5% até o ano de 2028**, mantendo-se estável após o 6º ano devido a imprevisibilidade inerente a esta projeção, percentual considerado conservador por esta Administradora Judicial, sendo que a **Receita Operacional Líquida** total estimada é de **R\$ 862,386 milhão**. Também foi possível avaliar que foi considerada a provisão de impostos incidentes sobre a Receita Bruta a título de **PIS, COFINS e ICMS**, totalizando **R\$ 114,408 milhão**.

Ressalta-se, ainda, que a estrutura do demonstrativo não permitiu que fossem avaliados os cálculos ou possíveis reduções na base de cálculo dos impostos de forma detalhada, a exemplo do IRPJ (imposto sobre a renda das pessoas jurídicas) Trimestral e/ou Presumido, contudo, houve a devida consideração e explanação no PRJ do **GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS** de todas as alíquotas aplicáveis, como relatado no item 5.10.1, letra b.

Restou verificado que os **Custos Variáveis** aplicáveis à atividade foram considerados com base no histórico contábil das Recuperandas, acrescidos de uma taxa média de crescimento de **3% a 5%**, totalizando o montante de **R\$ 435,098 milhão** ao final do período, gerando, desta forma, um **Lucro Bruto** de **R\$ 427,288 milhão**, equivalente a aproximadamente **50%** da **Receita Operacional Líquida Total**.

Houve também a consideração adequada das despesas de custeio e pessoal – **Despesas Operacionais** (*Recursos Humanos, Administrativas, etc.*) aplicáveis às atividades, no montante de **R\$ 332,268 milhão**.

Verificou-se os percentuais de deságio e prazos de pagamento aos credores apresentados no **PRJ – Plano de Recuperação Judicial** e no **Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro** da Recuperanda, na ordem de **80%** para os credores da **Classe III – Quirografários** e de **40%** para os credores da **Classe IV – ME e EPP**, conforme apresentado a seguir:

QUADRO III - Quadro de Credores - Descontos Propostos

Classe	Valor Total do Crédito R\$	%	Desconto R\$	Valor a Pagar R\$
CLASSE I - Credores Trabalhistas	188.206,71	0%	0,00	188.206,71
CLASSE II - Credores com Garantia Real	0,00	0%	0,00	0,00
CLASSE III - Credores Quirografários	36.530.656,35	80%	-29.224.525,08	7.306.131,27
CLASSE IV - Micro e Pequenas Empresas	401.039,31	40%	-160.415,72	240.623,59
TOTAL DO PASSIVO	37.119.902,37	79%	-29.384.940,80	7.734.961,57

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro e PRJ (Item 7.9) – GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS

Evidenciou-se, ainda, que as Recuperandas previram o pagamento (**Fluxo de Caixa**) dos créditos quirografários no **Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro** na rubrica **Créditos Sujeitos a Recuperação Judicial**, no montante de **R\$ 7,734 milhão**, valor esse que, considerando a redução de aproximadamente **80% e 40%** para a **Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – Créditos ME / EPP**, tem um reflexo no fluxo de caixa projetado no montante de **R\$ 29,384 milhão**.

2.2.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO

Restou verificado que foi considerado o trabalho de avaliação dos bens móveis e imóveis das Recuperandas, mediante a consideração de Laudo de Avaliação de Bens e Ativos apresentados e juntados no processo de Recuperação Judicial, ponderando os seguintes principais procedimentos:

- Determinação do Valor dos Ativos:

I – Método comparativo direto de dados de mercado de bens iguais:
Para máquinas isoladas, apurou-se o valor através de bens iguais usados, contemplando-se as mesmas funções, desempenhos operacionais, estruturas construtivas e itens opcionais, entre outros;

II – Método comparativo direto de dados de mercado de bens similares:
Para máquinas isoladas, apurou-se o valor através de bens similares usados, contemplando-se as diferentes funções, desempenhos operacionais, estruturas construtivas e itens opcionais, entre outros;

III – Método de custo de reedição: Na impossibilidade de uso do método comparativo direto de dados de mercado, utilizou-se dados históricos de inflação para simulação dos preços dos bens, e

- Determinação do Valor dos Veículos:

I – A pesquisa realizada no mercado de veículos usados, inclusive na tabela da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), apresenta valores base para cada um dos bens.

O profissional responsável pela elaboração do referido laudo, Sr. **RICARDO ALBERTO MOLITERNO FILHO** - CRA-PR sob o nº 20-29391 (empresa AZTEX Soluções - CNPJ 24.688.226/0001-95), considerou também normas técnicas adequadas para a execução da avaliação apresentada, a exemplo da

Norma nº 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, destinada a avaliação de terrenos e edificações e de máquinas e equipamentos, complexos e instalações industriais.

Os valores apurados foram devidamente considerados no PRJ e Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro conforme inicialmente mencionado, que compõem o montante de **R\$ 5.891.470,65** (cinco milhões oitocentos e noventa e um mil quatrocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme apresentado a seguir:

QUADRO VI – POSIÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
4.1	TOTAL AVALIAÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES GRUPO FOR BOYS FOR GIRL	R\$ 5.891.470,65

Fonte: Laudo de Avaliação dos Bens Patrimoniais (item 4) – GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS

2.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo **GRUPO FOR BOYS** aborda todos os dados e análises necessárias e que propiciaram uma adequada projeção dos resultados para o período proposto (10 anos) e, considerados para fins da análise pretendida, os valores apresentados estão apropriados e permitem a avaliação da geração de caixa das Recuperandas ao longo do período proposto.

Diante do exposto, esta Administradora Judicial conclui que os documentos juntados pelas Recuperandas, no presente processo de Recuperação Judicial, encontram-se em conformidade as determinações da Lei 11.101/2005.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 5 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, subdividido em três tópicos, nos termos expostos infra:

- Área Administrativa:
 - a) Revisão do sistema ERP Totvs Moda, utilizado pelo Departamento Contábil/Financeiro, para fins de melhor alocação e informações mais precisas, o que trará dados fidedignos da rentabilidade de cada filial, à empresa;
 - b) Integração do sistema de folha de pagamento para o ERP Totvs Moda, eliminando as contabilizações manuais;
 - c) Implantação de sistema de controle orçamentário no exercício de 2023, já que com essa ferramenta a empresa poderá obter a construção de cenários de receitas e despesas por filial e acompanhamento diário do P&L para as devidas tomadas de decisões eliminando a confecção manual do DRE;
 - d) Implantação de processos de controles na área financeira com o propósito de garantir informações precisas e confiáveis;
 - e) Adoção de medidas que visam recuperar valores do contas a receber (Credidiário), os

quais constam como inadimplência originária de períodos anteriores (anos) ao terceiro trimestre de 2022. Esse procedimento está vinculado às medidas de melhoria dos controles internos na área financeira, bem como deve contribuir para a formação de capital de giro para o GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS;

f) Estudo de viabilidade para implantação do crediário *online*, objetivando a redução da necessidade de capital de giro imobilizado no crediário;

g) Substituição do sistema de Folha de Pagamento, com o fim de integrar os dados de folha de pagamento para o ERP Totvs Moda e eliminar processos manuais de contabilizações, garantindo informações fidedignas;

- Área Financeira e econômica

a) A reestruturação do número de lojas tem como principal objetivo a avaliação da rentabilidade das lojas e proceder com o encerramento de lojas deficitárias e que não tenham possibilidade de recuperação;

b) Contratação de consultoria de marketing a partir de fevereiro/23 para as 29 lojas do Grupo For Boys, visando o aumento das vendas e de público. O escopo dos serviços está voltado para visual merchandising, ações de marketing digital, estudos de demanda, plano de conversão, estruturação e layout das lojas, vitrines e estruturação de comissionamento;

c) Eliminação das linhas de produção de produtos diferenciados e com detalhes, pois estas linhas produtos demandam capital de giro expressivo, sendo mais vantajoso para as empresas, adquirir os produtos de terceiros;

d) Abertura de uma loja na cidade de São Paulo/SP e de lojas no Nordeste, tendo em vista ser um mercado potencial e não explorado;

e) Lançamento de Loja Virtual, que entrou no ar no mês de Novembro 2022, objetivando fortalecer e divulgar a marca e aumentar as receitas para a empresa;

f) Reestruturação de Produtos, Preços e Público Alvo, focando na produção de produtos básicos e acessíveis;

g) Lançamento de novos produtos, tais como linha infanto-juvenil, acessórios, lingerie, sandálias, entre outros, a contribuir para a conversão de vendas, com ticket médio e peças por venda.

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

2.4 DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

Em análise da decisão de mov. 16.1, tem-se que o Ilmo. Magistrado Dr. Matheus Pereira Franco, deferiu o processamento da Recuperação Judicial do Grupo For Boys sob consolidação processual e substancial, nos seguintes termos:

“Forte nessas razões, RECEBO RECUPERAÇÃO JUDICIAL a petição inicial e defiro o processamento da das empresas AVANTE PROMOCÃO DE VENDAS LTDA; JALLUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA; MACKLIFE COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA; PTN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI e R B N - INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA, que se inserem no grupo empresarial denominado de “GRUPO FOR BOYS | FOR GIRLS”.”

Ademais, verifica-se também que o Excelentíssimo Magistrado entendeu que estão presentes os requisitos necessários para o deferimento da consolidação processual e substancial, em consonância com o que versa o art. 69-G e art. 69-J, ambos da Lei 11.101/2005, *in fine*:

“Ainda, com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, a Lei nº 11.101/2005 passou a prever expressamente a possibilidade de litisconsórcio ativo entre duas ou mais sociedades pertencentes ao mesmo grupo em um único pedido de recuperação judicial, nos seguintes termos: “os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual” (art. 69-G da Lei nº 11.101/2005).

Ainda, o artigo 69-J dispõe que o juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, “autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses”:

- “I - existência de garantias cruzadas;*
- II - relação de controle ou de dependência;*
- III - identidade total ou parcial do quadro societário; e*
- IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes”.*

Eis o que ocorre no caso em apreço, porquanto há indicativos, nesse juízo perfunctório, da existência de dependência econômica entre as requerentes, além da semelhança nas atividades, sobretudo pelo ciclo de atividades descrito na inicial. Aliás, a pessoa de JEFFERSON TONI LOPES NABHAN é sócio administrador de todas as empresas, de modo que o funcionamento de uma depende diretamente do funcionamento da outra.

Assim, é possível o processamento em conjunto da recuperação judicial artigos 69-G e 69-J da Lei nº 11.101/2005.”

Impende ressaltar que o deferimento da consolidação processual e substancial acarreta a apresentação de uma lista única de credores, bem como, que ativos e passivos dos devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, nos termos do art. 69-K da Lei 11.101/2005, o que já fora juntado pelas Recuperandas nos autos. Não obstante, em conformidade com o art. 69-L da Lei de Recuperações Judiciais e Falências, a consolidação substancial determina a apresentação de Plano de Recuperação Judicial único, o que fora devidamente observado pelas Recuperandas no Plano em Análise, a ser submetido em ato assemblear unitário.



2.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Conforme previsão da Cláusula 5, as medidas/meios de recuperação, ora elencadas no tópico supra (PARTE II - DAS MEDIDAS PARA RECUPERAÇÃO), principalmente no que tange as medidas relacionadas a Reorganização Administrativa, já estão em implementação.

2.6 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO COMTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O PRJ não estabeleceu uma cláusula geral para pagamento dos credores que, em que pese sujeitos a Recuperação Judicial, ainda não foram incluídos no quadro geral de credores. Destarte, na **Cláusula 5.10.3 – Do Fluxo de Caixa Projetado**, informo que “as projeções para os pagamentos aos Credores da Recuperação Judicial, com exceção dos créditos trabalhistas e dos pagamentos realizados a título de parcela inicial para todos os credores das classes III e IV, constam no fluxo de caixa projetado a partir do 3º ano.” (sic., p. 34).

2.7 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de Recuperação Judicial, prevê a possibilidade de adesão aos termos dispostos no referido PRJ pelos credores não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, até a data do pedido de Recuperação Judicial, por meio de Termo de Adesão, sendo a forma de pagamento de tais credores nos moldes estabelecidos no item 7.

Destarte, o Plano de Recuperação Judicial do Grupo For Boys - **Parte II - DAS MEDIDAS PARA RECUPERAÇÃO** - dispõe sobre o pagamento de débitos tributários através da adesão a parcelamento fiscal mediante a destinação de percentual do faturamento líquido mensal para adimplir e garantir as dívidas fiscais existentes, que estejam inscritas em dívida ativa ou não, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial, conforme estabelecido no **item 5.10.3 - Do Fluxo de Caixa projetado**.

Ressalta-se que, com base nos Demonstrativos juntados ao referido PRJ, restou evidenciado que o saldo considerado de Contingências e Parcelamentos Tributários (Passivo Fiscal/Tributário) das Recuperandas, relativos aos débitos tributários, totalizava o montante de **R\$ 37,916 milhão**, ou seja, as Recuperandas se utilizaram da previsão legal da redução de multas e juros podendo parcelar os Impostos Federais e Estaduais ao valor principal, a exemplo das previsões da **Lei 10.522/2002 – que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências (art. 10-A; art. 10-B e art. 10-C) – e Lei nº 20.634/2021 – Institui o Programa Retoma Paraná viabilizando aos contribuintes em recuperação judicial ou extrajudicial ou em regime falimentar, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 –**, condições mais benéficas para saldar seus débitos, por força da crise econômica ocorrida pela pandemia da Covid-19, estando, desta forma, devidamente suportado pela geração de caixa no período projetado.

2.8 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado, em sua **Cláusula 7.1**, estabelece que, em razão da novação em caso de eventual aprovação e homologação do PRJ, haverá novação da dívida perante as Recuperandas, implicando na liberação dos terceiros e garantidores a quaisquer títulos, isto é, haverá extinção de garantias fidejussórias no âmbito dos instrumentos que originaram os créditos, sejam aqueles de pessoas físicas ou jurídicas.



3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 360.2 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Até 150 salários- mínimos Incontroverso	25º dia do mês seguinte ao mês da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	Sem carência.	36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	-
	Até 150 salários- mínimos Controverso	30 (trinta) dias corridos, contados do trânsito em julgado do incidente de habilitação/ impugnação de crédito.	Sem carência.	36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	-
	Acima de 150 salários- mínimos	R\$ 2.000,00 (dois mil reais) inicial, no 25º dia do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	36 (trinta e seis) meses, contados do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	204 (duzentos e quatro) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	80%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	R\$ 2.000,00 (dois mil reais) inicial, no 25º dia do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	36 (trinta e seis) meses, contados do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	204 (duzentos e quatro) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	80%



Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Incontroverso	R\$ 2.000,00 (dois mil reais) inicial, no 25º dia do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	36 (trinta e seis) meses, contados do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	204 (duzentos e quatro) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	80%
	Controverso	-	30 (trinta) dias corridos, contados do trânsito em julgado do incidente de habilitação/impugnação de crédito.	204 (duzentos e quatro) parcelas mensais consecutivas	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	80%
Classe IV Créditos ME / EPP	Incontroverso	R\$ 2.000,00 (dois mil reais) inicial, no 25º dia do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	18 (dezoito) meses, contados do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	102 (cento e dois) parcelas mensais consecutivas.	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	40%
	Controverso	R\$ 2.000,00 (dois mil reais) inicial, no 25º dia do mês seguinte ao da leitura da intimação da decisão que homologar o PRJ, no sistema Projudi.	30 (trinta) dias corridos, contados do trânsito em julgado do incidente de habilitação/impugnação de crédito.	102 (cento e dois) parcelas mensais consecutivas.	1% de juros ao ano, e correção monetária pela TR, contados a partir da data do pedido de Recuperação Judicial em 06/12/2022.	40%

Fonte: Plano de Recuperação Judicial (fls. 39-41)

3.2 CREDORES COLABORADORES

3.2 CREDORES COLABORADORES

O Plano de Recuperação Judicial em análise dispõe, em sua **Cláusula 7.11**, que os Credores que aderirem e submeterem todos seus Créditos aos termos do PRJ, inclusive Créditos porventura não sujeitos a Recuperação Judicial, em virtude do disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, da LRF, poderão ser considerados Credores Financiadores de acordo com os critérios objetivos abaixo especificados:

Fornecedores / Clientes / Instituições financeiras / Outros – Serão considerados Credores Financiadores todos aqueles Credores Concursais

ou Credores Extraconcursais, que, a critério e de acordo com as necessidades das Recuperandas, optarem em:

- (a) manter o fornecimento e aquisição de produtos, materiais e/ou serviços a prazo e de forma continuada, inclusive após o protocolo do pedido de recuperação judicial;
- (b) concederem novas linhas de crédito e/ou liberação de novos recursos, inclusive após o protocolo do pedido de recuperação judicial, ou ainda;
- (c) autorizar a liberação fiduciária de bens e direitos nos termos da seguinte regra única e aplicável a todos os Credores que assim optarem:

Regra. Os Credores que concederem às Recuperandas, na proporção mínima de R\$ 1,00 (um real) de nova operação para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida sujeita ou não aos efeitos deste Plano de Recuperação Judicial, inclusive após o pedido de recuperação judicial, poderão efetuar negociações, as quais deverão seguir os seguintes limites: (i) prazo de pagamento de até 12 (doze) anos; (ii) eliminação de até 100% do deságio; e (iii) carência para início de pagamentos de até 02 (dois) anos, limitado às necessidades operacionais das Recuperandas e conforme acordado com cada Credor.

Dispõe, ainda, que, em havendo igualdade de condições, preços e prazos oferecidos por fornecedores e/ou prestadores de serviços comuns e Credores Colaboradores, o Grupo For Boys | For Girls, ficará obrigado a contratar os serviços prestados ou adquirir os produtos/insumos fornecidos pelos Credores Colaboradores.

Por fim, que os Credores Colaboradores poderão exercer a opção de credor colaborativo e para cobrir qualquer condição, preços e prazos ofertados no mercado dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de propostas e orçamentos a serem enviados pelas Recuperandas, através de e-mail.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Na **Cláusula 7.12** do Plano de Recuperação Judicial, prevê a possibilidade de realização de leilão reverso, objetivando propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na Recuperação Judicial. Destarte, cumpre ressaltar que não houve a indicação pormenorizada dos bens passíveis de praxeamento.

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

O PRJ indica a possibilidade de realização de Leilão Reverso para antecipação do pagamento dos créditos inscritos na Recuperação Judicial, contudo, não específica, exatamente, o modo de realização tampouco a destinação específica do produto, limitando-se a informar a satisfação dos créditos do procedimento recuperacional.



5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

- Cláusula “7.1 – Da Novação”:

Na cláusula em comento foi estabelecido que, com a homologação do PRJ viria a ocorrer a extinção de todas as garantias, sejam reais ou fidejussórias prestadas originalmente pela Recuperanda ou seus sócios/coobrigados.

Sobre o tema, em que pese a possibilidade de adesão das disposições por determinados credores, o artigo 59 da LREF é translúcido ao estabelecer que a novação oriunda da concessão da Recuperação Judicial não afeta as garantias eventualmente prestadas, não havendo óbice, contudo, do credor titular da garantia concordar expressamente com a sua supressão.

Não se olvida a divergência jurisprudencial que permeia o tema, entretanto, em atenção a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 885¹, que deu origem a súmula 581², bem como em atenção as recentes decisões da mesma corte³, ao sentir desta Administradora Judicial, o PRJ pode dispor sobre eventual supressão de garantias prestadas, contudo, especificado que tal disposição só terá eficácia contra os credores que aderirem ao Plano sem apresentarem eventuais ressalvas quanto a supressão/extinção das garantias.

Nestas considerações, *prima oculi*, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que a cláusula em exame é parcialmente nula ao sujeitar todos os credores a seu crivo, pois, em que pese a extinção/supressão de garantias seja um direito disponível do credor, este último deve expressar sua concordância expressa com tal disposição do PRJ para que esta venha a ter eficácia perante si, não sendo o caso de impor a todos os credores de forma indistinta em eventual concessão da Recuperação Judicial.

- Cláusula “7.8 – Da Possibilidade de Compensação”:

A cláusula em análise dispõe que as Recuperandas poderão, a seu critério, utilizar-se da compensação de crédito quando identificada a possibilidade de utilização, desde que não acarrete prejuízo ao soerguimento do Grupo bem como se trate de créditos líquidos, certos e exigíveis.

Contudo, verifica-se que essa liberalidade ficaria a encargo tão somente das Recuperandas, sem que houvesse qualquer intervenção do juízo, da Administradora Judicial ou demais credores.

É certo que o plano de recuperação, em regra, obriga o devedor e todos os credores sujeitos a seus efeitos, porém, essa afirmativa está condicionada a que o plano não contenha cláusula que contrarie disposição expressa da Lei de Recuperação de Empresas e Falência e que se trate de direito disponível

Sendo assim, consoante disposto pelo e. STJ, a possibilidade de compensação irrestrita entre créditos das Recuperandas e débitos dos credores sujeitos à recuperação representa possível violação do princípio da paridade entre credores, de modo a ser declarada, de ofício, a nulidade da aludida cláusula (REsp 1978580, Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data da Publicação

¹ A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.

² A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

³ REsp 1.794.209 e REsp 1.885.536.

01/07/2022).

A título de esclarecimento, somente na hipótese de os fatos geradores das obrigações (débito e crédito) e a compensação se operarem antes do pedido de recuperação judicial, a jurisprudência tem entendido que a compensação ocorreu de forma automática e que as obrigações compensáveis já estavam extintas no momento do pedido de recuperação judicial, por aplicação dos artigos 368 e 369 do Código Civil, não sendo permitida a restituição de valores.

No entanto, quando os fatos geradores das obrigações ocorrem antes do pedido de recuperação, mas o preenchimento dos requisitos da compensação se efetivou depois, a jurisprudência tem considerado que a compensação não é possível, porque prejudica interesse de terceiros – a coletividade dos credores (*par conditio creditorum*) –, o que é vedado pelo artigo 380, do Código Civil.⁴

Já quando os fatos geradores das obrigações e o preenchimento dos requisitos da compensação ocorrem depois do pedido de recuperação judicial, tem-se que o crédito não se submete à recuperação judicial, por força do art. 49, da LFR, e, como consequência, tem sido reconhecido pela jurisprudência que a compensação se opera automaticamente. Contudo, essa posição também pode sofrer influência do artigo 66, da LFR, que veda a possibilidade de alienação ou oneração dos ativos permanentes da empresa em recuperação, no intuito de preservar a empresa à luz do art. 47 da LFR.

Em síntese, o que se observa em caso de permissão da compensação de crédito no procedimento recuperacional é quando ambos os forem anteriores à distribuição do pedido de recuperação ou se tiverem nascido após a distribuição do pedido (REsp 1893702, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data da Publicação 30/08/2021).

Diante do exposto, há vista do caráter genérico da Cláusula 7.8 do Plano de Recuperação Judicial em comento, tal qual se apresenta, ao sentir desta Administradora Judicial, deve ser declarada nula pelo d. magistrado quando do exercício do controle de legalidade deste, em atenção ao *par conditio creditorum*.

• **Cláusula “7.9 – Forma e dia fixado para Pagamento aos Credores – Créditos Trabalhistas de Valores Incontroversos e Controversos”:**

A Cláusula 7.9 propõe o pagamento dos credores, sendo que, na primeira parte, aborta a Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, estabelecendo o pagamento àqueles limitados a 150 (cento e cinquenta salários mínimos), referente aos nominados “Incontroversos”, no 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao mês de leitura da intimação acerca da r. Decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas no Sistema PROJUDI ou, para os posteriormente habilitados, e, para os nominados como “Controversos”, em 30 (trinta) dias corridos, contados do trânsito em julgado do incidente de habilitação/impugnação de crédito, incidentes estes onde deverão ser acostadas as respectivas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo. Estipula, ainda, que deverão ser pagos em 36 (trinta e seis) parcelas, parcelas, sem carência.

Contudo, da análise da cláusula em comento, conclui-se que se **faz necessária realizar uma readequação da referida cláusula, a fim de que a mesma não contrarie a Lei de Recuperações Judiciais e Falências**, no que tange ao **prazo** para pagamento do crédito dos credores trabalhistas.

Isso porque o Plano em tela propõe que aqueles **credores trabalhistas** que sejam arrolados

⁴ Art. 380. CC. Não se admite a compensação em prejuízo de direito de terceiro. O devedor que se torne credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, não pode opor ao exequente a compensação, de que contra o próprio credor disporia.

na **Subclasse dos Valores Incontroversos e Controversos** sejam pagos em **36 (trinta e seis) parcelas mensais**, ao passo em que o §2º do art. 54 da Lei 11.101/2005 determina que os credores que constarem na Classe I – Créditos Derivados da Legislação do Trabalho, sejam pagos no prazo máximo de 01 (um) ano, **podendo ser estendido em até 2 (dois) anos se, e somente se, cumpridas as condições estabelecidas em lei**, conforme leitura do dispositivo supra mencionado, *in verbis*:

Nesse diapasão, o §2º do art. 54 da Lei 11.101/2005 assim estabelece:

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

§ 1º. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

§ 2º **O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:**

I - **apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz;**

II - **aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e**

III - **garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas.**

Nesse sentido, explana o Excelentíssimo Magistrado Marcelo Barbosa Sacramone em sua obra, vejamos:

*“Pela alteração legislativa, passou-se a admitir a extensão do prazo de um ano de pagamento em até dois anos. Dessa forma, **o devedor poderá prever o pagamento dos credores trabalhistas ou com verbas decorrentes de acidente de trabalho para um período máximo de até três anos, mas desde que sejam atendidos requisitos para a garantia de pagamento integral dos referidos créditos.***

*Para tanto, **a extensão do prazo somente será válida se houver apresentação de garantias pelo devedor e suficientes à satisfação da referida obrigação mediante análise pelo Juízo.** Referidas garantias não poderão ser extintas ou liquidadas, com a venda de bem na recuperação judicial, por exemplo, **até que os credores sejam integralmente satisfeitos**, a menos que haja a destinação do produto da liquidação justamente para a satisfação dos referidos credores.*

Além das garantias, a extensão somente poderá ser aceita se houver a previsão integral de pagamento dos referidos créditos. Para que haja a extensão, não poderá ocorrer deságio, seja ele explícito ou implícito. O desconto do montante não apenas não poderia ocorrer diante de seu valor histórico, como é necessário que se preveja que o pagamento será realizado mediante correção monetária e juros de mercado, para que o montante não sofra descontos ao longo do tempo.

Imprescindível como requisito, também, que a classe de credores, por meio de maioria de credores presentes na Assembleia Geral de Credores,

aprove a extensão. A remissão ao art. 45, §2º, limita a aplicação do quórum alternativo do art. 58, o cram down, na aprovação do plano de recuperação judicial com a previsão dessa cláusula de extensão.

A rejeição da maioria da classe trabalhista impede a manutenção da referida cláusula de pagamento em face desses credores, mesmo que as demais classes tenham aprovado o plano de recuperação e tenham sido preenchidos os requisitos do quórum alternativo de aprovação.”⁵

Veja-se que a alteração legislativa trazida pela Lei 14.112/2020 flexibilizou a referida norma, consentindo que o prazo para pagamento dos credores da Classe I – Créditos Trabalhistas sejam estendidos em até 02 (dois) anos, contados da decisão de homologação do PRJ e concessão da Recuperação Judicial. Todavia, frisa-se que a referida norma impõe requisitos para que este prazo seja estendido, sendo necessário cumpri-los cumulativamente para que a cláusula no PRJ seja legal, **o que, da análise do PRJ, não restou cumprido pelas Recuperandas.**

Diante das fundamentações colacionadas alhures, verifica-se que a **Cláusulas 7.9 no tocante aos Créditos Trabalhistas dos credores titulares de Valores Salariais Incontroversos e Controversos** se encontram em desconpasso com a Lei 11.101/2005, uma vez que **prevê o prazo para pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas mensais sem a apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz, nos termos do art. 54, §2º, da Lei 11.101/2005.**

Ainda, cumpre mencionar que mesmo que as Recuperandas cumprissem com os requisitos legais para extensão do prazo para pagamento dos créditos trabalhistas em mais 2 (dois) anos, conforme fundamentação supramencionada, a Cláusulas 7.9 no tocante aos Créditos Trabalhistas dos credores titulares de Valores Salariais Incontroversos e Controversos ainda estaria em discordância com a legislação pátria, visto que a contabilização do período de carência somada ao prazo de pagamento totalizariam 3 (três) anos e 25 (vinte e cinco) dias, para os Incontroversos e, de 3 (três) anos e 1 (um) mês, para os Controversos, ultrapassando, assim, o limite temporal autorizado por Lei.

Diante do exposto, esta Administradora Judicial entende pela nulidade da Cláusulas 7.9 no tocante aos Créditos Trabalhistas dos credores titulares de Valores Salariais Incontroversos e Controversos, uma vez que está em desconformidade com o que dispõe a Lei de Recuperações Judiciais e Falências, em consonância com a fundamentação delineada alhures.

• **Cláusula “11.1 – Cessão de Créditos e Assunção de Dívida”:**

A Cláusula 11.1 dispõe acerca da cessão de créditos sujeitos ao procedimento recuperacional, autorizando sua prática e condicionando a comunicação da Administradora Judicial e do juízo recuperacional, para produção de seus efeitos e, ainda, a cientificação do cessionário quanto aos termos do Plano de Recuperação Judicial, no que tange as condições de pagamento.

No que se refere aos créditos trabalhistas, dispôs que, em havendo cessão, “passarão a integrar o grupo dos Credores Quirografários, conforme dispõe o § 4º do artigo 83 da Lei nº 11.101/2005”, o que, porém, diverge do disposto na Lei 11.101/2005 bem como jurisprudência pacificada acerca deste tema.

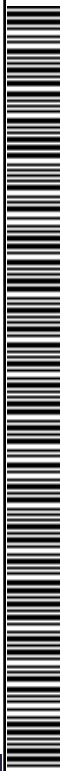
Isso porque, a sub-rogação do crédito em recuperação judicial transfere ao novo credor todos os direitos e privilégios do credor primitivo contra o devedor principal, inclusive a classificação original do crédito, como preceitua o artigo 349 do Código Civil. (REsp 1.924.529, Relatora Ministra **Nancy Andrighi**, Data de Julgamento: 10/08/2021).

5

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2023. p. 293.

Ademais, o art. 83, §4º, da Lei 11.101/2005, no qual fundamentaram as Recuperandas para classificar o crédito cedido como quirografário, não mais integra o ordenamento jurídico, sendo imediatos os efeitos de sua revogação ante a regra de direito intertemporal prevista na Lei revogadora nº 14.112/2020. (AI 0002788-34.2021.8.16.0000, 18ª Câmara Cível, Relator Desembargador Pericles Bellusci de Batista Pereira, Data de Julgamento: 14/06/2021).

Assim, no que se refere a Cláusula 11.1, segunda parte, esta Administradora Judicial entende ser parcialmente nula no que tange a alteração de classificação do crédito trabalhista objeto de cessão, tendo em vista que já resta pacificado pela jurisprudência bem como revogado o art. 83, §4º, da Lei 11.101/2005, no sentido de ser mantida a original.



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



6.1 CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do art. 64 da Lei 11.101/2005.



7

GLOSSÁRIO



AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
Grupo For Boys – Avante Promoção de Vendas LTDA, Jalluma Indústria e Comércio de Confeccões LTDA, Macklife Comércio e Indústria de Confeccões LTDA, Ptn Indústria e Comércio de Confeccões Eireli, R B N - Indústria do Vestuário LTDA.
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. – Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. – Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo For Boys
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br